

Central Fotovoltaica
Sol do Futuro II S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Central Fotovoltáica Sol do Futuro II S.A.
Aquiraz - Ceará**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Fotovoltáica Sol do Futuro II S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Fotovoltáica Sol do Futuro II S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

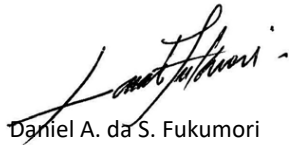
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.

Balancos patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	15.391	18.054	Fornecedores	12	772	2.954
Contas a receber	8	4.910	4.308	Obrigações fiscais		115	148
Imposto a recuperar		57	30	Imposto de renda e contribuição social	19	238	169
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		30	-	Empréstimos e financiamentos	13	5.540	5.062
Adiantamento a fornecedores		552	579	Dividendos a pagar	20	1.567	1.094
Mútuos financeiros com partes relacionadas	20	-	2.667	Cessão a pagar		-	39
Outras contas a receber		18	21	Outras contas a pagar	12	461	1.006
Total do ativo circulante		20.958	25.659	Passivo de arrendamento	10	30	27
Caixa restrito	9	2.006	1.272	Total do passivo circulante		8.723	10.499
Ativo de direito de uso	10	4.680	4.376	Empréstimos e financiamentos	13	44.214	46.367
Imobilizado	11	86.651	88.510	Provisão para desmobilização	14	2.778	2.131
Total do ativo não circulante		93.337	94.158	Passivo de arrendamento	10	2.656	2.685
				Total do passivo não circulante		49.648	51.183
				Patrimônio líquido	15		
				Capital social		47.754	85.000
				Capital social a integralizar		-	(30.324)
				Reserva de lucros		8.170	3.459
				Total do patrimônio líquido		55.924	58.135
Total do ativo		114.295	119.817	Total do passivo e patrimônio líquido		114.295	119.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.

Demonstrações de resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	16	19.711	17.014
Custos de operação	17	(5.439)	(6.396)
Lucro bruto		14.272	10.618
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(633)	(153)
Outras receitas e despesas		(131)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		13.508	10.465
Despesas financeiras	18	(7.106)	(5.765)
Receitas financeiras	18	577	528
Resultado financeiro líquido		(6.529)	(5.237)
Resultado antes dos impostos		6.979	5.228
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(801)	(624)
Lucro líquido do exercício		6.178	4.604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.

**Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	6.178	4.604
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>6.178</u>	<u>4.604</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva retenção de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		85.000	(30.324)	101	1.440	-	56.217
Dividendos intermediários pagos		-	-	-	(1.592)	-	(1.592)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.604	4.604
Constituição de reserva legal		-	-	230	-	(230)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.094)	(1.094)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	3.280	(3.280)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		85.000	(30.324)	331	3.128	-	58.135
Cancelamento de ações		(30.324)	30.324	-	-	-	-
Redução de capital		(8.907)	-	-	-	-	(8.907)
Aumento de capital		1.985	-	-	-	-	1.985
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.178	6.178
Constituição de reserva legal		-	-	309	-	(309)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.467)	(1.467)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	4.402	(4.402)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15	47.754	-	640	7.530	-	55.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>6.979</u>	<u>5.228</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação do ativo imobilizado	11	3.089	3.143
Amortização do ativo de direitos de uso	10	95	112
Amortização da provisão de desmobilização	10	93	64
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13	6.057	3.232
Juros sobre passivo de arrendamento	10	209	230
Bônus de adimplência	13	(143)	(77)
Juros sobre mútuos concedidos	20	(4)	(73)
Excedente de geração de energia	8	(680)	(277)
Atualização monetária da provisão para desmobilização	14	155	125
		<u>15.850</u>	<u>11.707</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		78	1.691
Impostos a recuperar		(27)	-
Outras contas a receber		24	(21)
Adiantamento a fornecedores		5	15
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(968)	362
Obrigações fiscais		(33)	93
Cessão a pagar		(39)	(1.712)
Outras contas a pagar		(545)	678
		<u>14.345</u>	<u>12.813</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	13	(5.799)	(1.139)
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	10	(209)	(230)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(762)	(607)
		<u>7.575</u>	<u>10.837</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa restrito		(734)	(14)
Recebimento de mútuos - partes relacionadas	20	134	-
Aquisição ao ativo imobilizado	11	(458)	(842)
		<u>(1.058)</u>	<u>(856)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	13	(1.790)	-
Pagamento de passivos de arrendamento	10	(26)	(44)
Redução de capital	15.a	(6.370)	-
Pagamentos de dividendos	15.d	(994)	(2.072)
		<u>(9.180)</u>	<u>(2.116)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			
(Redução) / Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(2.663)</u>	<u>7.865</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7	18.054	10.189
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	7	<u>15.391</u>	<u>18.054</u>
		<u>(2.663)</u>	<u>7.865</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A. (“Companhia”) é uma “SPE”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na avenida Lagoa de Telha-Araticum, s/n, Fazenda Caga Fogo parte A - Aquiraz - Ceará. Sua controladora direta é a Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.

A Companhia foi constituída em 5 de abril de 2016, e tem como objetivo social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica UFV Steelcons Sol do Futuro cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), sob o CEG nº CEG nº UFV.RS.CE.034746-9.02.

A Companhia participou do 8º leilão para Contratação de Energia de Reserva promovido pela ANEEL em 13 de novembro de 2015 e como vencedor recebeu a autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total a ser instalada de 27MW por 35 anos, que compreende o período 02 de junho de 2016 a 02 de junho de 2051. O contrato de fornecimento de energia é exclusivo com a CCEE e tem o prazo de 20 anos, que compreende o período de 01 de novembro de 2018 a 31 de outubro de 2038, consumindo a garantia física de 5,40 MW/h. médios da usina. O preço por megawatt em 31 de dezembro de 2021 é de R\$401,63 (R\$362,90 em 31 de dezembro de 2020), reajustados anualmente pelo IPCA. Somente após este período a Companhia poderá negociar a energia gerada em outros ambientes de comercialização. Ao final do prazo de autorização a Companhia poderá solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possui direito a receber qualquer indenização dos bens do ativo imobilizado.

1.1 Efeitos COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprova em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas; quarentena, restrição de atividades; realização de exames médicos e vacinação; restrição de entrada e saída no país entre outras.

Em virtude dos efeitos causados pela pandemia e com intuito de garantir a saúde de seus colaboradores, a Controladora da Companhia instituiu o trabalho remoto, permanecendo apenas com trabalho em campo as equipes de manutenção, que são demandadas de acordo com necessidades específicas identificadas através do monitoramento remoto da planta.

A Companhia não aderiu ao longo deste período nenhuma suspensão temporária de cunho trabalhista, tributário ou financeiro junto a seus credores.

Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que não são detectados riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações, tendo em vista que a Companhia detém contrato de venda de energia firmados antes do evento da COVID-19 que estão assegurados pela CCEE. Mesmo com as restrições da pandemia, a curva de produção não foi afetada tendo em vista que a Companhia depende única e exclusivamente da irradiação solar e comandos que são realizados remotamente, e não há, até o momento, nenhuma evidência de inadimplência por parte dos clientes.

A Companhia apurou uma redução de 17% no faturamento bruto no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, quando comparado com o mesmo exercício de 2020, conforme demonstrado abaixo:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Receita bruta (período de 12 meses)	20.458	17.505

Conforme demonstrado acima, podemos verificar que o volume de faturamento, apresentou um acréscimo de R\$ 2.953 e um capital circulante e fluxo de caixa operacional positivo em 31 de dezembro de 2021, e, portanto, as operações não sofreram impactos negativos oriundos da pandemia do COVID-19.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

- a. As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de abril de 2022.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras que são mensurados ao valor justo

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos, passivos e resultados no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº11:** Refere-se a ativos imobilizados onde a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais determinadas pela vida útil estimada do bem. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover, limitando-se ao prazo de autorização de exploração.
- **Análise de redução ao valor recuperável da Planta fotovoltaica – Nota explicativa nº11:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis da Planta fotovoltaica.
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – Nota explicativa nº14:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato.
- **Reconhecimento do excedente de geração – Nota explicativa nº8b:** o reconhecimento de excedente de geração de energia é realizado quando a produção da planta for superior ao montante contratado pela CCEE, conforme relatório de geração da planta.
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 21:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato;
e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

d. Provisão de ressarcimento e cessão a pagar

A Companhia detém um contrato de venda de energia de reserva com a CCEE, o qual prevê a entrega de uma quantidade específica de energia ao longo do prazo do contrato. A cada 12 meses a CCEE realiza o levantamento de geração dos últimos 12 meses e compara com o montante de energia contratada para o mesmo período, caso a Companhia tenha gerado energia abaixo do volume previsto no contrato, essa diferença no volume de energia a menor, será valorizada levando-se em consideração o PLD (preço de liquidação de diferenças) vigente e será pago para a CCEE em 12 parcelas subsequentes a este levantamento.

Caso no levantamento da CCEE seja apurado que a Companhia tenha gerado energia acima do previsto no contrato, o Grupo reconhece um contas a receber com a CCEE que será recebido em 12 parcelas subsequentes a este levantamento também considerando-se o PLD vigente.

Caso no levantamento da CCEE seja apurado que a Companhia tenha gerado energia abaixo do previsto no contrato, o Grupo reconhece uma cessão a pagar com a CCEE que será pago em 12 parcelas subsequentes a este levantamento também considerando-se o PLD vigente.

Tendo em vista este processo, a Companhia realiza o acompanhamento mensal da geração da planta versus a quantidade prevista no mês, com base no histórico de geração fornecido pela equipe comercial, e quando a geração ocorre abaixo da prevista no contrato, é reconhecida uma provisão de ressarcimento a pagar, em caso de geração acima da prevista no contrato, reconhecemos um contas a receber.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

f. Imobilizado

(ii) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(iii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iv) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual a Companhia definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirão em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias

30 anos

A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 14.

h. Instrumentos financeiros

(v) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(vi) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado; ou
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

(vii) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

A Companhia mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para

fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 8,75% a.a.

k. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas será efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, as quais a Companhia não espera impactos significativos.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações

aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b) Outras Normas

- Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Depósitos bancários (i)	160	2.276
Aplicações financeiras (ii)	15.231	15.778
	15.391	18.054
Total		

i) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

ii) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI, em média de 95,05% ao ano, em 31 de dezembro de 2021, (100,3% em 31 de dezembro de 2020) não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

8 Contas a receber

	2021	2020
Contas a receber de clientes – receita – CER (a)	1.599	2.520
Contas a receber de clientes - CER - Excedente (b)	3.311	-
Contas a receber de clientes - receita Mercado Curto Prazo (c)	-	168
Contas a receber de partes relacionadas (d)	-	1.620
Total	4.910	4.308

(a) Referem-se ao registro do contrato de energia de reserva (CER) firmado com a Câmara de

- Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.
- (b) Referem-se ao excedente de energia gerada no período de apuração contratual referente a energia de reserva (CER) firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O saldo compreende R\$2.587 correspondente ao período de novembro de 2020 a outubro de 2021 e R\$724 correspondente ao período de novembro de 2021 a dezembro de 2021.
- (c) Ao longo de 2021 a Companhia recebeu a totalidade do montante remanescente (R\$168 em 31 de dezembro de 2020) de energia de teste faturados em 2018.
- (d) Conforme nota explicativa nº 20.

9 Caixa restrito

	2021	2020
Depósito caução – Garantia Financiamento	2.006	1.272
	2.006	1.272

Os valores foram reconhecidos em 2019 e são relativos ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Conforme contratos, antes de cada desembolso a Empresa possui a obrigação de manter em caução 2,5% do valor da dívida, sendo que para 2021 o BNB solicitou um incremento de R\$ 734 para manter o nível de caução previsto. Os valores são mantidos como caixa restrito e estarão disponíveis para utilização a longo prazo, conforme realização dos pagamentos.

10 Ativo de direito de uso e arrendamento

A Companhia atua como arrendatárias em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	2.571	-	(95)	2.476
Custo de desmobilização (a)	1.805	492	(93)	2.204
	4.376	492	(188)	4.680

	Valor líquido em 31/12/2019	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo de direito de uso			
Arrendamento parques fotovoltaicos	2.683	(112)	2.571
Custo de desmobilização (a)	1.869	(64)	1.805
	4.552	(176)	4.376

(a) Conforme nota explicativa nº14.

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	2021	2020
Passivo de arrendamento	2.686	2.712
Total	2.686	2.712
Circulante	30	27
Não circulante	2.656	2.685

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está demonstrada abaixo:

	2021					
	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento						
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	2.712	-	(26)	(209)	209	2.686
Total	2.712	-	(26)	(209)	209	2.686

	2020					
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento						
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	2.756	-	(44)	(230)	230	2.712
Total	2.756	-	(44)	(230)	230	2.712

11 Imobilizado

Conciliação do valor contábil:

	01/01/2019	Adições	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Custo de aquisição:					
Planta fotovoltaica – instalações, máquina e benfeitorias	93.031	842	93.873	1.230	95.103
Total do custo	93.031	842	93.873	1.230	95.103

	01/01/2019	Adições	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Depreciação acumulada					
Planta fotovoltaica – instalações, máquina e benfeitorias	(2.220)	(3.143)	(5.363)	(3.089)	(8.452)

Total da depreciação acumulada	(2.220)	(3.143)	(5.363)	(3.089)	(8.452)
Total do imobilizado	90.811	(2.301)	88.510	(1.859)	86.651

A Companhia avaliou que até 31 de dezembro de 2021 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado.

Os ativos detidos pela Companhia compõem as garantias da operação com o BNB conforme descrito na nota explicativa nº13. b.

A Companhia finalizou durante o mês de maio de 2021 a complementação da Planta Fotovoltaica afim de equalizar a potência DC (Corrente Contínua) aos mesmos 27MW de potência AC (Corrente Alternada), conforme requerido no Leilão do 2º LER de 2015.

12 Fornecedores e outras contas a pagar

	2021	2020
Contratação de serviços	383	816
Fornecedor partes relacionadas (a)	389	2.138
Total de fornecedores	772	2.954
Outras provisões com serviços (b)	461	1.006
Total de outras contas a pagar	461	1.006
Total de fornecedores e outras contas a pagar	1.233	3.960

(a) Conforme nota explicativa nº 20.

(b) Refere-se basicamente à serviços de operação e manutenção a faturar, tarifa de transmissão a faturar, serviços de assessoria jurídica e consultoria administrativa a faturar e serviços de auditoria.

O saldo de fornecedores e outras contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 21.

13 Empréstimos e financiamentos

	Nota	2021	2020
Empréstimos e financiamentos			
Saldo inicial		51.429	49.413
Pagamento de principal		(1.790)	-
Juros incorridos	18	6.057	3.232
Juros pagos		(5.799)	(1.139)
Bônus de adimplência		(143)	(77)
Saldo final		49.754	51.429

Circulante	5.540	5.062
Não circulante	44.214	46.367

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa nº 21.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

Os financiamentos mantidos pela Companhia, foram celebrados em 19 de junho de 2018 com o banco BNB, e são exclusivamente para a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas. O prazo de financiamento é de 20 anos, tendo último vencimento em 15 de julho de 2038, com carência de 2 anos para o principal e pagamento trimestral de juros, calculados através da taxa de 2,08% a.a. + IPCA.

Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

Vencimento em:	2021	2020
2022	-	3.091
2023	2.763	3.091
2024	2.763	3.091
2025	2.763	3.091
2026	2.763	3.091
2027 até 2037	33.162	30.912
	44.214	46.367

A Companhia possui um bônus de adimplência de 15% caso realize os pagamentos conforme os vencimentos, sem atrasos. Os empréstimos bancários estão garantidos pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme no item “b” a seguir.

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) que o eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao BNB, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação específica ambiental;
- Comprovar perante o BNB a correta aplicação dos recursos captados; e
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) qualitativas e quantitativas referentes ao contrato de Empréstimos são acompanhadas pela Companhia.

b. Garantias prestadas

A Companhia celebrou em 2018 contrato de abertura de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), tendo como fiadores o Banco BTG Pactual e o Banco Bradesco. Os Fiadores emitiram cartas de fiança em favor do BNB, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas acima.

A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações foram garantidas pelas seguintes garantias:

- (i) garantia fidejussória prestada pela Companhia;
- (ii) alienação fiduciária de quotas da Companhia em poder da Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. e da Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda;
- (iii) alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade da Companhia;
- (iv) cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos dos Projetos de titularidade da Companhia; e
- (v) compromisso de aporte de capital da Controladora na Companhia.

14 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

Em 01 de janeiro de 2019, a Companhia realizou o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$1.917. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 6,24%.

Mediante à mudança do cenário nacional, a Administração apurou um aumento dos custos dos serviços necessários para a desmobilização e o avanço das taxas de juros no mercado nacional. Desta forma em 31 de dezembro de 2021 a Administração atualizou o estudo de desmobilização do ativo, e passou a reconhecer um acréscimo à provisão no montante de R\$492.

Este montante foi mensurado mediante a subtração do saldo remanescente da provisão, menos a projeção dos custos necessários para desmobilização do ativo até 31 de dezembro de 2049 e descontado a valor presente pela taxa de desconto de 7,74%.

Este acréscimo foi reconhecido em contrapartida ao custo de desmobilização no Ativo de direito de uso, conforme nota explicativa nº10, assim como o valor originalmente reconhecido.

O valor correspondente a desmobilização está sendo amortizado mensalmente, sendo o valor atualizado em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 2.204 (R\$ 1.805 em 31 de dezembro de 2020), conforme nota explicativa nº 10.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi a seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	2.131	2.006
Adição por remensuração da provisão	492	-
Atualização monetária do passivo de arrendamento	155	125

Saldo final	<u>2.778</u>	<u>2.131</u>
-------------	--------------	--------------

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 47.754 (R\$85.000 em 31 de dezembro de 2020) representado por 78.202.568 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizada pelo acionista Atlas Energia Renovável do Brasil S.A., detentora de 100% das ações.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária ocorrida no mês de fevereiro de 2021 foi aprovado a redução de capital no montante de R\$8.907 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$6.370 mediante a transferência bancária efetuada controladora Atlas Energia Renovável S.A. e R\$ 2.537 efetuada mediante compensação de contas a receber de partes relacionadas junto a controladora Atlas Energia Renovável S.A. Adicionalmente, também foi reconhecido o cancelamento de ações no valor de R\$ 30.324 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

Conforme Assembleia Geral Extraordinária ocorrida no mês de maio de 2021 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$1.985, cujo mesmo foi integralizado (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), por meio de alteração contratual realizada e mediante saldo de fornecedores partes relacionadas, sem efeito caixa. O saldo de aumento de capital ocorreu pela integralização dos saldos em aberto de partes relacionadas, junto a controladora Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.

b. Reserva Legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apurou o lucro de R\$6.178 (R\$4.604 em 31 de dezembro de 2020). Mediante a este fato ocorrido a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 309 (R\$230 em 31 de dezembro de 2020).

c. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia destinou para reserva de retenção de lucros R\$4.402 (R\$3.280 em 31 de dezembro de 2020).

d. Dividendos

(i) Dividendos intermediários:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou o pagamento de dividendos no valor de R\$ 994, referente ao saldo parcial de dividendos mínimos obrigatórios destinados no exercício de 2020, mediante a compensação de saldos de intercompany a receber da Controladora. Ao longo do exercício de 2020, a Companhia efetuou o pagamento de R\$2.072, correspondentes aos dividendos mínimos obrigatórios de 2019 no montante de R\$480 e dividendos intermediários destinados em julho de 2020 no montante de R\$1.592.

(ii) Dividendos mínimos obrigatórios:

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou à título de dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$1.467 (R\$1.094 em 31 de dezembro de 2020), conforme memória abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	6.178	4.604
Reserva legal - 5%	309	230
Base de cálculo - Dividendos mínimos	5.869	4.375
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	1.467	1.094

16 Receita operacional líquida

A Companhia gera receita apenas pela venda de energia Elétrica gerada pelas usinas fotovoltaicas.

	2021	2020
Receita contrato de energia de reserva (CER)	20.458	17.705
Imposto sobre venda	(747)	(691)
Receita operacional líquida	19.711	17.014

17 Custos de operação e despesas gerais administrativas

	2021	2020
Custos de operação		
Depreciação e amortização	(3.277)	(3.319)
Manutenção e operação	(1.023)	(460)
Serviços prestados – Partes Relacionadas (a)	(394)	(625)
Atualização monetária desmobilização	(155)	(125)
Encargos de uso de rede de energia elétrica (b)	(268)	(1.374)
Seguros	(129)	(180)
Compromissos ambientais e sociais	(204)	(79)
Outros gastos	11	(234)
	(5.439)	(6.396)
	2021	2020
Despesas gerais e administrativas		
Contabilidade e auditoria	(138)	(128)
Assessoria e advogados	(465)	(196)

Impostos e taxas	(60)	-
Internet e comunicação	(4)	-
Despesas com viagens	-	171
Licenças e despesas regulatórias	(13)	-
Outros	47	-
	(633)	(153)

- a) Ao longo de 2021 a Companhia dispôs de serviços compartilhados das demais empresas do Grupo Atlas, conforme nota explicativa nº 20.
- b) Refere-se a custos junto a CCEE provenientes do custo do uso da rede de transmissão

18 Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Receita financeira		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	570	230
Juros sobre mútuos concedidos (a)	4	73
Outras receitas financeiras	-	225
Variação cambial ativa	3	-
	577	528
Despesa financeira		
Carta de crédito e outras despesas bancárias	(979)	(1.844)
Bônus de adimplência (b)	143	-
Despesa de juros sobre empréstimos (c)	(6.057)	(3.232)
Juros sobre arrendamento	(209)	(230)
Variação cambial passiva	(4)	(459)
	(7.106)	(5.765)
Resultado financeiro, líquido	(6.529)	(5.237)

- a) Refere-se a juros decorrentes de mútuos com a Atlas Energia Renovável do Brasil S.A., conforme nota explicativa nº20;
- b) Refere-se à redução dos juros conforme nota explicativa nº 13, aqui demonstrado positivo para melhor apresentação.
- c) A variação significativa na correção monetária do período refere-se ao avanço expressivo do IPCA acumulado no ano, sendo 2021 – 10,06% versus IPCA 2020 4,52%.

19 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2021, o montante remanescente a pagar de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$ 238 (R\$ 169 em 31 de dezembro de 2020). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

Apuração pelo Lucro Presumido

	2021	2020
--	------	------

Receita bruta (*)	20.458	17.705
Presunção do imposto de renda – 8% (a)	1.637	1.416
Presunção da contribuição social – 12% (b)	2.455	2.125
Demais receitas – (c)	577	303
Base de cálculo do IRPJ – (a) + (c)	2.214	1.719
Imposto de renda a alíquota de 15%	(331)	(258)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(198)	(148)
Total IRPJ	(529)	(406)
Base de cálculo da CSLL – (b) + (c)	3.032	2.428
Contribuição social a alíquota de 9%	(272)	(218)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(801)	(624)
Alíquota efetiva (%)	36,28%	36,30%

(*) O montante apresentado como receita bruta é composto pela receita bruta adicionado aos efeitos de ressarcimento.

20 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora é a Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. e o controlador final é a sociedade Brasil Solar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços, representada por salários e outros benefícios de curto prazo nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi realizada pela Companhia Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A., que se encontra sob controle comum à controladora. A mesma realiza o repasse de custos e despesas mediante a faturas mensais de custos compartilhados.

b. Operações com partes relacionadas

	Contas a receber		Contas a Pagar		Receita / (Despesa)	
	2021	31/12/2020	2021	2020	2021	2020
<i>(i) Operações intercompany – Nacional</i>						
Atlas Energia Renovável Do Brasil S.A.(a)	-	1.022	389	1.985	(258)	(568)
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.	-	143	-	19	-	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda.	-	157	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda.	-	123	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda.	-	167	-	-	-	-
Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.	-	1	-	1	-	-
Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A.	-	5	-	5	-	-
Solar Barreiras I Energia SPE LTDA	-	-	-	53	-	-
Solar Barreiras II Energia SPE LTDA	-	-	-	19	-	-
Solar Barreiras III Energia SPE LTDA	-	-	-	28	-	-

Solar Barreiras IV Energia SPE LTDA	-	-	-	28	-	-
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	-	2	-	-	(121)	(57)
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	-	-	(15)	-
	<hr/>					
Total	-	1.620	389	2.138	(394)	(625)

	<u>Contas a receber</u>		<u>Receita / (Despesa)</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>(ii) Mútuos com intercompany</u>				
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. (b)	-	2.667	4	73
	<hr/>			
Total	-	2.667	4	73

	<u>Contas a Pagar</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>(iii) Dividendos</u>		
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	1.567	1.094
	<hr/>	
Total	1.567	1.094

(a) O saldo de R\$ 1.985 foi objeto de aumento de capital social, conforme informado na nota explicativa nº15.

(b) Mútuo cedido em 31 de janeiro de 2020 à controladora Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. com juros de 100% da SELIC e foi liquidado integralmente ao longo de 2021.

21 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.
Demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Nota	2021 - Valor contábil		2020 - Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	15.231	160	15.778	2.276
Contas a receber	8	-	4.910	-	4.308
Mútuos financeiros com partes relacionadas	20	-	-	-	2.667
Outras contas a receber		-	18	-	21
		15.231	5.088	15.778	9.272
Total					
Passivos					
Fornecedores	12	-	772	-	2.954
Empréstimos e financiamentos	13	-	49.754	-	51.429
Passivo de arrendamento	10	-	2.686	-	2.712
Outras contas a pagar	12	-	461	-	1.005
Cessão a pagar		-	-	-	39
Dividendos a pagar	15	-	1.567	-	1.094
Total		-	55.240	-	59.233

	Nível hierárquico do valor justo	2021 - Valor justos e contábil		2020 - Valor justos e contábil	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	15.391	15.391	18.054	18.054
Contas a receber	Nível 2	4.910	4.910	4.308	4.308
Mútuos financeiros com partes relacionadas	Nível 2	-	-	2.667	2.667
Outras contas a receber	Nível 2	18	18	21	21
		20.319	20.319	25.050	25.050
Total					
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	772	772	2.954	2.954
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	49.754	49.754	51.429	51.429
Passivo de arrendamento	Nível 2	2.686	2.686	2.712	2.712
Outras contas a pagar	Nível 2	461	461	1.005	1.005
Cessão a pagar	Nível 2	-	-	39	39

Dividendos a pagar	Nível 2	1.567	1.567	1.094	1.094
Total		55.240	55.240	59.233	59.233

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

2021

2020

Caixa e equivalentes de caixa	15.391	18.054
Caixa restrito	2.006	1.272
Contas a receber	4.910	4.308
Mútuos com partes relacionadas	-	2.667
Outras contas a receber	18	21
Total transações	22.325	26.322

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2021

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				Mais que 10 anos
		Total	1 ano ou menos	2 – 5 Anos	6 - 10 anos	
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	49.754	74.606	6.044	19.384	21.637	27.541
Passivo de arrendamento	2.686	2.821	30	33	35	2.723
Fornecedores e outras contas a pagar	1.233	1.233	1.233	-	-	-
	53.673	78.660	7.307	19.417	21.672	30.264

31 de dezembro de 2020

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				Mais que 10 anos
		Total	1 ano ou menos	2 – 5 Anos	6 - 10 anos	
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	51.429	75.325	7.560	17.794	20.698	29.003
Passivo de arrendamento	2.712	2.833	27	29	31	2.712
Fornecedores e outras contas a pagar	3.960	3.960	3.960	-	-	-
	58.101	82.118	11.547	17.829	20.729	31.715

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A Companhia realizou importação de ativo imobilizado para a construção das usinas fotovoltaicas, porém em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui saldos passivos em moeda estrangeira, logo não está sujeita ao risco cambial.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia possui um contrato de debenture em operação com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação (IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*), a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2021	Cenário provável 31/12/2022	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
IPCA (a)	10,06%	5,03%	5,03%	6,29%	7,55%
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (b)	4,42%	11,50%	11,50%	14,38%	17,25%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2021	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(49.754)	(2.503)	(3.128)	(3.754)	3.128	3.754
Total		<u>(49.754)</u>	<u>(2.503)</u>	<u>(3.128)</u>	<u>(3.754)</u>	<u>3.128</u>	<u>3.754</u>
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	<u>17.237</u>	<u>1.982</u>	<u>1.487</u>	<u>991</u>	<u>(1.487)</u>	<u>(991)</u>

(b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Boletim Focus

(c) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

22 Demonstração dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa nº7.

b) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	2021	2020
Aumento de capital social		(1.985)	-
Fornecedores		1.985	-
Mútuos financeiros com partes relacionadas	15 a	(2.537)	-
Redução de capital		2.537	-
Ativo de direito de uso	10	492	-
Provisão para desmobilização	14	(492)	-
Fornecedores		772	-
Imobilizado		(772)	-
Efeito líquido no fluxo de caixa		-	-

23 Contingências

A Empresa não possui em 31 de dezembro de 2021 e 2020 contingências passivas com avaliação de risco de perda classificada como provável ou possível.

24 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2037
(CUST / CCT) (a)	281	296	311	326	3.425
Contratos de (O&M) (b)	1.005	1.056	1.109	1.165	12.231
Total	1.286	1.352	1.420	1.491	15.656

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2022 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2022 (julho/22 a junho/21) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2023 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2021/2022.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

* * *